

PRIMEIRO-MINISTRO FALA HOJE COM O PAPA E VANCE

APELO DE LURDES PINTASILGO A FAVOR DE TIMOR-LESTE

A primeira-ministra, Lurdes Pintasilgo, que hoje será recebida pelo Papa João Paulo II, as Nações Unidas, avistou-se na manhã de ontem com o secretário-geral daquela organização Kurt Waldheim, tendo ainda mantido contactos com o presidente da Assembleia Geral da ONU, Salim A. Salim, representante permanente da Tanzânia.

Lurdes Pintasilgo que seria o primeiro-ministro português a falar nas Nações Unidas, apelaria ao princípio da tarde para uma crescente normalidade de vida das populações de Timor Leste — colónia que foi de Portugal até depois do 25 de Abril de 1974 — e condenaria a prática do «apartheid» em nome do nosso País.

Durante o dia de hoje, Maria de Lurdes Pintasilgo responderá,

pela manhã, a várias perguntas no «National Committee on American Foreign Policy» e será recebida por Cyrus Vance, secretário de estado norte-americano.

Entretanto, Lourdes Pintasilgo apelou ontem na Assembleia Geral da ONU para «a consciência internacional» com vista a que se encontrem «condições para uma progressiva normalidade de vida das populações de Timor Leste».

No ponto em que se ocupava do direito à autodeterminação, Lourdes Pintasilgo referiu ainda os casos da Namíbia e do Zimbábue formulando votos para que se encontre uma fórmula, na Conferência de Londres, «que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos

e restitua ao povo do Zimbábue a liberdade efectiva da sua voz e vontade, sem tutelas de minoria interna».

O chefe do Executivo reiterou, em nome de Portugal, a «condenação da prática política e social do «apartheid», que é, em primeiro lugar, uma consciência moral das nações e constitui negra barreira para um integral progresso humano».

Referindo-se ao direito à paz, afirmou que «não há estratégia de desenvolvimento, para a década de 80 que seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos».

Assim, acrescentou, «ou a maior parte dos recursos financeiros, científicos e tecnológicos são «desviados» para a solução dos problemas de desenvolvimen-

to, ou o equilíbrio e a nova ordem mundial não passarão de mitos».

Reconhecendo a complexidade e «o melindre» das negociações de desarmamento, congratulou-se, em nome de Portugal, com as negociações Salim e afirmou «significativa importância» as iniciativas o sentido de serem estabelecidos «esquemas regionais de segurança, conform o ocorre com a «Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa».

Referindo-se ao direito à Pátria, deixou «o claro testemunho de Portugal» acerca das expectativas da gente palestiniana «para que lhe seja reconhecido o inalienável direito humano de possuir uma pátria, a que livremente se acolha, e seja posto termo a uma situação que afecta a consciência moral das nações».

a procura de soluções jurídicas «visando uma mais justa redistribuição dos recursos naturais vivos e não vivos, à escala mundial ou regional», como passo «construtivo de uma nova irmandade mundial».

Para encontrar «novos modelos de sociedade, o primeiro-ministro propôs «o abandono do egoísmo individualizado e a procura deliberada de metas sociais e culturais, que se situem num registo diferente de mero crescimento económico», para os países industrializados.

Quanto aos países pobres, apontou o cultivo do diálogo e a redescoberta de que «uma ordem mais justa não depende somente da tolerância, da compreensão e da «concessões» dos ricos, que cada país pretende, à sua maneira, ganhar para si, mas da clareza dos nossos propósitos, das irrefutáveis conquistas que tivermos feito na ordem interna».

Para a uma nova solidariedade mundial, Lourdes Pintasilgo atribuiu às Nações Unidas a responsabilidade de «assumir o consenso, apesar de difícil, não é irrealizável».

Para Lourdes Pintasilgo, «o que está em jogo não é somente uma mudança de forma de vida, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre povos e países, nem sequer uma mera estratégia respeitável de sobrevivência internacional».

A sua resposta é a da «necessidade imperativa de juntos pacificamente, desenharmos, com fraternidade e à luz da nossa humana medida, os rostos que vêm faltando ao relacionamento entre as nações».

A primeiro-ministro não se esqueceu de sublinhar perante a Assembleia Geral da Onu, como indispensável o reforço dos va-

lores culturais na defesa de «uma comunidade mundial mais rica na sua diversidade», dentro da linha que propôs de «desenvolvimento endógeno» dos povos.

Especificando, nele englobaria «o respeito pelo ritmo de crescimento de cada região», o «melhor aproveitamento das suas matérias-primas» e a «capacidade de uma dada sociedade fazer face, de forma dinâmica, à sua própria evolução histórica, com a cultura que é a sua e os materiais que são os seus».

Para Pintasilgo, por tudo quanto disse, «não é possível falar em termos mundiais quando se não afirma, explicitamente, o homem singular».

Por isso, rematou o seu discurso, lendo uns versos dum poeta português contemporâneo que metaforicamente liga o povo português à humanidade inteira.

Lurdes Pintasilgo considerou imperativo, paralelamente ao reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos nas suas diversas manifestações, «criar e consolidar» um direito ao patrim-

nio comum da humanidade.

Neste sentido, defendeu a incorporação, numa futura convenção relativa ao direito do mar, de princípio, como o do «património comum da humanidade» e